

## NÚCLEO DE ANÁLISE E LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES PETROLÍFERAS – NUPETR

### PARECER TÉCNICO

**REFERÊNCIA:** Processo SEI nº 02810021.000043/2022-51;  
Ofício nº 200/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ;  
Processo ANP nº 48610.213040/2019-86.

**OBJETO:** Análise Técnica;

**INTERESSADO:** Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

**ASSUNTO:** Oferta Permanente de áreas referentes a 42 blocos exploratórios na Bacia Potiguar;

**LOCALIZAÇÃO:** Grossos, Tibau, Mossoró, Areia Branca, Porto do Mangue, Carnaubais, Macau, Guamaré, Galinhos, Pendências, Assu, Alto do Rodrigues, Upanema, Governador Dix-Sept Rosado, Felipe Guerra e Apodi.

### 1. INTRODUÇÃO

Este Parecer tem fundamentação legal na Resolução CONAMA 237/97, na Lei Complementar Estadual 272/04 e suas alterações, bem como também no Art. 225 da Constituição Federal, e tem por finalidade analisar ambientalmente as áreas correspondentes a 42 blocos exploratórios, no escopo da solicitação do Ofício nº 2200/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ, datado em 11 de janeiro de 2022.

### 2. DESCRIÇÃO

De acordo com o ofício em epígrafe, a ANP pretende incluir na Oferta Permanente, 42 blocos exploratórios, listados na Tabela 1, localizados na bacia Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte, para estudo e avaliação de interesse por parte da indústria. Para isso, em conformidade com a Resolução nº 17/2017 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), cabe à ANP buscar a manifestação dos órgãos ambientais competentes em relação à sobreposição de blocos exploratórios em estudo com áreas ambientalmente sensíveis, bem como eventuais condicionantes para o futuro li-

cenciamento ambiental das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

### 3. ANÁLISE

Como as áreas de interesse localizam-se na Bacia Potiguar Emersa, no Estado do Rio Grande do Norte e trata-se de atividade *onshore* (terrestre), a competência para o licenciamento ambiental é do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA.

Este parecer atende as requisições do ofício nº 200/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ-e, a respeito de 42 blocos exploratórios que se pretende incluir no processo de oferta permanente, em específico os quesitos abaixo:

*a) Manifestação em relação à sobreposição da área em estudo com áreas ambientalmente protegidas;*

*b) Em caso da identificação de sobreposição de áreas propostas para oferta com Unidades de Conservação da categoria de Uso Sustentável ou zonas de amortecimento e corredores ecológicos de quaisquer Unidades de Conservação, indicar se existem óbices à oferta das áreas conforme os polígonos propostos, ou se devem ser realizados recortes ou exclusões de áreas, com as quais a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural não seria compatível em vista das restrições ambientais, mesmo quando adotadas as melhores práticas da indústria;*

*c) Restrições ou recomendações que poderão afetar o licenciamento ambiental de atividades nessas áreas;*

*d) Quaisquer outras informações julgadas relevantes para o processo de decisão sobre a oferta dessas áreas e para as eventuais empresas interessadas no desenvolvimento de atividades nas áreas ofertadas.*

A tabela 1 apresenta a identificação dos Blocos Exploratórios, e uma síntese das informações solicitadas, tais como: Bloco com parecer ambiental atribuído, ocorrência de sobreposição à Áreas de Proteção Permanente (APP), a Unidades de Conservação (UC) e a Projetos de Assentamento (PA) de Reforma Agrária.

Tabela 1 – Identificação dos Blocos exploratórios e síntese das informações apresentadas neste parecer técnico

Identificação do bloco	Parecer ambiental Atribuído	Unidades de Conservação e/ou zonas de amortecimento	Áreas de Proteção Permanente (APP)	Projetos de Assentamento
SPOT-T2-241	Rodada 7		Ocorrência	
SPOT-T2-258			Ocorrência	
SPOT-T2-259			Ocorrência	
SPOT-T2-278			Ocorrência	
SPOT-T2-279			Ocorrência	Ocorrência
SPOT-T2-299			Ocorrência	
SPOT-T2-300			Ocorrência	
SPOT-T2-321	Rodada 6		Ocorrência	Ocorrência
SPOT-T2-322			Ocorrência	
SPOT-T3-328		Ocorrência	Ocorrência	Ocorrência
SPOT-T3-329		Ocorrência	Ocorrência	Ocorrência
SPOT-T3-356			Ocorrência	Ocorrência
SPOT-T3-357			Ocorrência	
SPOT-T3-363		Ocorrência	Ocorrência	
SPOT-T3-364		Ocorrência	Ocorrência	
SPOT-T3-394	Rodada 6		Ocorrência	
SPOT-T3-397			Ocorrência	Ocorrência
SPOT-T3-398			Ocorrência	
SPOT-T3-438			Ocorrência	Ocorrência
SPOT-T3-441	Rodada 7		Ocorrência	
SPOT-T3-442	Rodada 11	Ocorrência	Ocorrência	
SPOT-T3-443	Rodada 11	Ocorrência	Ocorrência	
SPOT-T3-482			Ocorrência	
SPOT-T4-518			Ocorrência	Ocorrência
SPOT-T5-526			Ocorrência	Ocorrência
SPOT-T5-528	Ofício nº 868/2009-D		Ocorrência	
SPOT-T4-561			Ocorrência	
SPOT-T4-562	Rodada 13		Ocorrência	Ocorrência
SPOT-T4-563	Rodada 13		Ocorrência	Ocorrência
SPOT-T5-570	Ofício nº 868/2009-D		Ocorrência	Ocorrência
SPOT-T5-613	Rodada 11			Ocorrência
SPOT-T5-619	Rodada 11		Ocorrência	Ocorrência
SPOT-T4-695			Ocorrência	
SPOT-T4-699	Rodada 13		Ocorrência	
SPOT-T4-743	Rodada 13			Ocorrência
SPOT-T4-747	Rodada 13			Ocorrência
SPOT-T4-784	Oferta Permanente			Ocorrência
SPOT-T4-787			Ocorrência	

<b>SPOT-T4-788</b>			Ocorrência	
<b>SPOT-T4-791</b>	Rodada 14			Ocorrência
<b>SPOT-T4-882</b>	Rodada 13		Ocorrência	Ocorrência
<b>SPOT-T4-883</b>	Rodada 6		Ocorrência	

### *Análise dos pareceres ambientais atribuídos*

Verifica-se na Tabela 1 que 19 blocos já foram objeto de parecer ambiental por terem sido ofertados em rodadas anteriores. O ofício N° 563/2004-DG de 18 de junho de 2004, referente à **Rodada 6** de licitações recomendava a exclusão dos territórios que sobrepõe a RDSEPT, até que fosse editada a regulamentação de seu Zoneamento Ambiental e respectivo Plano de Manejo.

O ofício n° 163/2005-DG, em atendimento a outra solicitação (ofício n° 105/2004-DIR-1/RJ), encaminhou o relatório SURGECO n° 3/2005, apontou as seguintes diretrizes para o licenciamento de atividades petrolíferas no RN, considerando o recorte geográfico dos blocos a serem ofertados na **Rodada 7**:

#### *1. Áreas não permitidas para implantação direta de atividades petrolíferas:*

- Faixa de 500 m (quinhentos metros) ao longo da orla litorânea, a partir da preamar máxima;
- Áreas de preservação e conservação constantes nos mapas de potencialidades dos estuários do RN;
- Leitos de rios perenes ou não;
- Fragmentos de vegetação de restinga;
- Território Continental da RDS Ponta do Tubarão.

#### *2. Áreas nas quais será aplicado alto grau de exigência para o licenciamento ambiental:*

- Extensão de 5Km (cinco quilômetros) no entorno das áreas de preservação e preservação constantes nos mapas de potencialidades dos estuários do RN;
- Extensão de 2Km (dois quilômetros) no entorno dos demais elementos especificados no item 1;
- Áreas de incidência de dunas; e,
- Áreas abrangidas pelos polígonos de delimitação das unidades de conservação

*em criação.*

3. *Áreas nas quais serão aplicados médio grau de exigência para o licenciamento ambiental;*
  - *Extensão de 2Km (dois quilômetros) após os limites estabelecidos no item II*
4. *Para as áreas que não estiverem sobrepostas pelos elementos destacados no item 1, 2 e 3, serão aplicadas as exigências habituais.*

Em resposta ao ofício nº46/20009/CMA/RJ, este IDEMA apontou que os blocos POT-T-570 e POT-T-528, ambos do setor SPOT-T5 estão inseridos na área destinada à criação da unidade de conservação denominada **APA das Carnaúbas**, conforme o ofício nº 868/2009-DG, de 22 de setembro de 2009. A época, este documento apontava para incompatibilidade da atividade com os objetivos da APA das Carnaúbas, usou como justificativa o Princípio da Precaução, haja vista que já se conheciam os impactos em decorrência da atividade petrolífera na área do **Médio-Assu/RN**.

Em 25 de maio de 2015 o ofício nº 810/2015-DG, como resposta ao ofício nº 611/SSM/2014, aponta para a ausência de sobreposição dos blocos exploratórios a serem ofertados na **Rodada 13** com Áreas de Proteção Ambiental (APA). No entanto, o documento relata a ocorrência de Áreas de Proteção Permanente (APPs), as quais deverão ser preservadas, conforme determina a Legislação em vigor devendo ser condição para o deferimento das Licenças Ambientais.

Não foram apresentados óbices a oferta dos blocos da Rodada 14, como observado no ofício nº 1558/20016-DG, de 27 de dezembro de 2016. Ademais, este ainda informa que os aspectos considerados serão analisados no processo de licenciamento por etapas de verificação adicionais *in loco* e será aprovado observando a legislação ambiental vigente.

### ***Sobreposição dos blocos a serem ofertados com áreas ambientalmente protegidas – Unidades de Conservação (UC);***

Em consulta ao banco de dados do setor de geoprocessamento do IDEMA-RN, constatou-se que não ha sobreposição de nenhum dos blocos, com área interna a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT). Esta unidade de conservação foi criada pela Lei 8.349 de 18 de julho de 2003. Com relação a esta unidade de conservação (UC), foi observado que parte dos blocos **SPOT-T3-442, SPOT-T3-443, SPOT-T3-363, SPOT-T3-364**, sobrepõem a sua zona

de amortecimento (ZA).

Contudo, este núcleo considera dispensável o recorte espacial das áreas de sobreposição com a zona de amortecimento da RDSPT, que conforme o Plano de manejo desta UC, são consideradas áreas aptas a realização de atividades econômicas diversas. Devemos ressaltar que, conforme o plano de manejo desta UC, as atividades petrolíferas, consideradas de significativo impacto ambiental, que tenham a intenção de se instalar na zona de amortecimento da RDSPT, no processo de licenciamento ambiental, deverão solicitar autorização do órgão gestor desta unidade e a RDSEPT deverá ser uma das beneficiárias das compensações ambientais geradas. Nesta região o uso e ocupação do solo deverá estar de acordo com o Plano de Manejo da RDSEPT.

O Plano de Manejo da RDSEPT não traz mecanismos que impeçam a operação de empreendimentos da atividade petrolífera já existentes, contudo o licenciamento ambiental de novos empreendimentos nesta área, deverão estar de acordo com o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) presente no Plano de Manejo, conforme disposto em seu capítulo VI, Artigo 30:

*“Os processos de licenciamento ambiental, tanto na área da RDSEPT quanto na sua zona de amortecimento, deverão considerar as disposições do Zoneamento Ecológico Econômico e do Plano de Manejo” (IDEMA, 2018).*

O Plano de Manejo da RDSEPT foi aprovado em 2020, pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA) do Rio Grande do Norte. Este plano tem por objetivo a conservação ambiental, o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo de base comunitária, ao lazer e a proteção e pesquisa sobre os recursos hídricos subterrâneos (IDEMA, 2018).

Com relação aos blocos **SPOT-T3-328**, **SPOT-T3-329**, este núcleo observou sobreposição com área interna a Unidade de Conservação (UC) Área de Proteção Ambiental (APA) Dunas do Rosado. Esta unidade de conservação (UC) foi criada pelo decreto nº 27.695, de 21 de fevereiro de 2018 e compreende parte dos municípios de Porto do Mangue Areia Branca no Estado do Rio Grande do Norte. Neste caso, este núcleo considera indispensável o recorte espacial das áreas de sobreposição destes



blocos com esta Unidade de Conservação (UC).

**Para os blocos SPOT-T3-328 e SPOT-T3-329, deverão ser realizados recortes de forma a excluir as áreas de sobreposição destes, com a Área de Proteção Ambiental (APA) Dunas do Rosado.** Estas áreas sobrepostas não deverão ser consideradas aptas para as atividades de exploração e produção de petróleo, principalmente porque não são compatíveis com os objetivos de criação da APA. Também, devido as particularidades ambientais e por ser área com intensa dinâmica ambiental, com a presença de grande quantidade de dunas móveis, causa grandes movimentações de areia na região.

Conforme o artigo 25 da lei 9.985/2000, nas unidades de conservação classificadas como Área de Proteção Ambiental -APA e Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, não estão previstas zonas de amortecimento.

A tabela 2 apresenta em síntese os blocos supracitados e à quais unidades de conservação ocorre sobreposição.

Tabela 2 – Blocos a serem ofertados que sobrepõem unidades de conservação e/ou suas zonas de amortecimento.

Identificação do bloco	Unidades de Conservação
SPOT-T3-328	APA Dunas do Rosado
SPOT-T3-329	APA Dunas do Rosado
SPOT-T3-363	RDSEPT
SPOT-T3-364	RDSEPT
SPOT-T3-442	RDSEPT
SPOT-T3-443	RDSEPT

### ***Ocorrência de corpos hídricos***

Em consulta ao banco de dados da unidade de geoprocessamento do IDEMA-RN foram verificadas ocorrências de corpos hídricos em blocos de exploração objeto deste parecer técnico, como pode ser observado na tabela 3.

Tabela 3 – Blocos de exploração com corpos hídricos dentro de seu recorte espacial

Identificação do bloco	Corpos Hídricos
SPOT-T2-241	Corpos hídricos sem identificação
SPOT-T2-258	Bacia do Rio Apodi-Mossoró

SPOT-T2-278	Bacia do Rio Apodi-Mossoró
SPOT-T2-279	
SPOT-T2-299	
SPOT-T2-300	
SPOT-T2-321	
SPOT-T2-322	Corpos hídricos sem identificação
SPOT-T3-328	
SPOT-T3-329	
SPOT-T3-356	Rio das conchas
SPOT-T3-357	Rio dos cavalos
SPOT-T3-363	Corpos hídricos sem identificação
SPOT-T3-364	Rio Camurupim; Rio Volta do Sertão; Rio Galinhos
SPOT-T3-394	Corpos hídricos sem identificação
SPOT-T3-397	Rio Piranhas; Rio dos Cavalos
SPOT-T3-398	Rio Piranhas Assu
SPOT-T3-438	Riacho do Umbuzeiro, Rio Panon, Rio das Conchas
SPOT-T3-441	Rio Mulungu
SPOT-T3-442	Gamboa do Papagaio; Rio Casqueira
SPOT-T3-443	Riacho do Manoel Casado
SPOT-T3-482	Rio Panon e corpos hídricos sem identificação
SPOT-T4-518	Carrego do Bastião; Rio do Carmo
SPOT-T5-526	Rio Panon, Rio Piranhas-Assu e Rio da Gangorra
SPOT-T5-528	Rio piranhas e corpos hídricos sem identificação
SPOT-T4-561	Rio Apodi-Mossoró
SPOT-T4-562	Riacho do inferno
SPOT-T4-563	Riacho do Inferno, Rio do Carmo
SPOT-T5-570	Rio Panon, Rio Piranhas-Assu e Riacho Umbuzeiro
SPOT-T5-619	Rio Oiticica e corpos hídricos sem identificação
SPOT-T4-695	Rio Apodi-Mossoró e Riacho do Tapuio
SPOT-T4-699	Riacho Jose Agostinho, Rio do Carmo, Riacho Varginha e Riacho João Fumaça
SPOT-T4-787	Rio Apodi-Mossoró
SPOT-T4-788	
SPOT-T4-882	Riacho baixa grande e corpos hídricos sem identificação
SPOT-T4-883	Riacho Baixo Grande, Riacho Pau Darco, Rio do Carmo, Riacho Velho e Riacho Carnaúbas

### ***Ocorrência de Cavidades Naturais Subterrâneas***

Em relação à ocorrência de cavidades naturais subterrâneas ou de potencial espeleológico (cavernas), ao consultar o banco de dados disponibilizado no dia 31 de julho de 2021 pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (ICMBio/CECAV), em consideração a resolução CONAMA 437/2004 e ao Decreto nº 99.556/1990, verificou-se que nas áreas dos blocos **SPOT-T4-**



**699, SPOT-T4-787 e SPOT-T4-788** há ocorrência de cavidades naturais subterrâneas e suas respectivas áreas de influência. Neste caso, os interessados em desenvolver atividades nestas áreas, deverão se atentar para Art. 4º da resolução CONAMA 347/2004 que diz:

*“A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou degradadores do patrimônio espeleológico ou de sua área de influência dependerão de prévio licenciamento pelo órgão ambiental competente, nos termos da legislação vigente.”*

Caso seja requerido licenciamento de empreendimentos nas áreas de influência de cavernas, o empreendedor deverá apresentar, acompanhado dos demais estudos ambientais, o estudo espeleológico da área conforme, o termo de referência IDEMA. Este estudo tem objetivo principal realizar o diagnóstico da área, com relação a presença de patrimônio espeleológico, avaliar os impactos ao patrimônio espeleológico afetado e classificar estas cavidades, com relação ao grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas na área de influência do empreendimento, de acordo com a metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 2, de 30 de agosto de 2017.

As tabelas 4, 5 e 6 apresentam respectivamente a identificação e a nomenclatura destas cavidades, segundo o Cadastro Nacional de Informações Espeleológica - CANIE para os blocos citados.

Tabela 4 – Ocorrência de cavidades naturais subterrâneas no bloco **SPOT-T4-699**

Cavidades subterrâneas na área do Bloco 699	
Identificação	Nome da Caverna
026794.00752.24.04309	Caverna da Arrumação
026615.00746.24.04309	Caverna Jenipapo
026617.00748.24.04309	Caverna Morcego Branco
026802.00754.24.04309	Dolina Dois Zuazeiros
026791.00750.24.04309	Abismo Largo
026613.00745.24.04309	Caverna do Óculos
026737.00749.24.04309	Abismo do Urubu Morto
026799.00753.24.04309	Caverna P005

Tabela 5 - Ocorrência de cavidades naturais subterrâneas no bloco SPOT-T4-787

Cavidades subterrâneas na área do Bloco 787	
Identificação	Nome da Caverna
016348.00366.24.03707	Caverna WC
016349.00367.24.03707	Caverna do Paredão
016351.00368.24.03707	Caverna do Paredão de Escalada
016352.00369.24.03707	Caverna do Rio Seco
019465.00868.24.03707	Caverna do Bacurau
016359.00375.24.03707	Caverna dos Geodos
025182.00909.24.03707	Caverna do Cote 2
025183.00910.24.03707	Caverna do Pau Branco
022486.00881.24.03707	Caverna da Coxa Queimada
022483.00717.24.04309	Abismo do Cote 02
022493.00726.24.04309	Caverna do Cote 06
022488.00721.24.04309	Caverna da Porta
022484.00718.24.04309	Abismo do Cote 03
022494.00727.24.04309	Caverna do Cote 07
022495.00728.24.04309	Caverna do Cote 08

Tabela 6 - Ocorrência de cavidades naturais subterrâneas no bloco SPOT-T4-788

Cavidades subterrâneas na área do Bloco 788	
Identificação	Nome da Caverna
016503.00516.24.04309	Abrigo Sítio Várzea
016504.00517.24.04309	Caverna do Desabamento
019412.00702.24.04309	Abrigo Sítio Várzea 2
016514.00527.24.04309	Caverna Sítio Várzea 1
016517.00530.24.04309	Caverna Saideira
019488.00710.24.04309	Caverna do Sítio Bonito
016590.00603.24.04309	Caverna do Cego
016631.00644.24.04309	Abismo Novo
016637.00650.24.04309	Caverna dos Namorados
016635.00648.24.04309	Abismo Não Explorado
016638.00651.24.04309	Caverna das Penas
016639.00652.24.04309	Caverna Redonda (Antigo Abismo Não Explorado 1)
019396.00701.24.04309	Abismo dos Angicos 2
016537.00550.24.04309	Furna do Chocalho
016539.00552.24.04309	Gruta da Boniteza
016540.00553.24.04309	Caverna do Urubu
016541.00554.24.04309	Caverna do Morcego
016542.00555.24.04309	Caverna do Letreiro
022498.00731.24.04309	Caverna Entre Pedras
022485.00719.24.04309	Abismo Ô Buracão

022490.00723.24.04309	Caverna da Ramadinha 07
022497.00730.24.04309	Caverna do Lago
022489.00722.24.04309	Caverna da Ramadinha 06
022491.00724.24.04309	Caverna da Ramadinha 5
022479.00713.24.04309	Abismo da Ramadinha

### ***Ocorrência de sobreposição aos Projetos de assentamento de reforma agrária***

Em consulta ao Acervo Fundiário mantido pelo INCRA, foram observados projetos de assentamento de reforma agrária nas áreas de interesse e suas proximidades (INCRA, 2021), como observado na tabela 7. Cabe ressaltar, a necessidade de se realizarem as devidas consultas às instituições responsáveis, tais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF/RN).

Tabela 7 – Blocos de exploração que sobrepõe área destinada a Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

<b>Identificação do bloco</b>	<b>Projetos de Assentamento de reforma agrária</b>
<b>SPOT-T2-279</b>	PA Casqueira e PA Garavelo
<b>SPOT-T2-321</b>	PA Jurema
<b>SPOT-T3-328</b>	PA Brilho do sol
<b>SPOT-T3-329</b>	
<b>SPOT-T3-356</b>	PA Brilho do sol; PA Rio Doce
<b>SPOT-T3-397</b>	PA Planalto do Mel, PA Alto das Graças, PA Planalto, PA Rio doce, PA Ligação, PA Vassouras e PA Canto Comprido
<b>SPOT-T3-438</b>	PA Rio Doce
<b>SPOT-T4-518</b>	PA Paulo Freire
<b>SPOT-T5-526</b>	PA Margarida Alves II e PA Rosa Luxemburgo
<b>SPOT-T4-562</b>	PA Lorena
<b>SPOT-T4-563</b>	PA Paulo Freire
<b>SPOT-T5-570</b>	PA Irmã Dorothy e PA Rosa Luxemburgo
<b>SPOT-T5-613</b>	PA Nova Descoberta e PA Santa Luzia
<b>SPOT-T5-619</b>	PA Alto da Felicidade e PA Mulungu
<b>SPOT-T4-743</b>	PA Terra de Esperança
<b>SPOT-T4-747</b>	PA Novo Espinheirinho
<b>SPOT-T4-784</b>	PA Frei Damião e PA São Manoel
<b>SPOT-T4-791</b>	PA Sombreiro, PA Sabiá, PA São Manoel II, PA São Sebastião III e PA Padre Pedro Neefs
<b>SPOT-T4-882</b>	PA São Manoel II e PA São Sebastião III

### ***Considerações legais***

É importante frisar que atividades possui empreendimentos implantados e operando em Área de Preservação Permanente (APP) no estado do Rio Grande do Norte, com o devido respaldo jurídico.

O Art. 2º da Resolução CONAMA no 369/2006 afirma:

Art. 2º – O órgão ambiental competente somente poderá autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em APP, devidamente caracterizada e motivada mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, e atendidos os requisitos previstos nesta resolução e noutras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, bem como no Plano Diretor, Zoneamento Ecológico-econômico e Plano de Manejo das Unidades de Conservação, se existentes, nos seguintes casos: I – utilidade pública:

(...) c) as atividades de pesquisa e extração de substâncias minerais, outorgadas pela autoridade competente, exceto areia, argila, saibro e cascalho; (...)

A Constituição do RN, no Art. 150, Capítulo VI, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos também destaca:

§ 13. O processamento de petróleo e gás natural, o complexo químico metalúrgico, a expansão e modernização do parque salineiro estadual, a agricultura irrigada e a agroindústria, entre outras que a lei define, são atividades econômicas do mais elevado interesse ao desenvolvimento socioeconômico do Estado.

É indispensável que as empresas interessadas verifiquem a sobreposição das áreas especificadas, respeitando as restrições legais em vigor. Destaca-se, ainda, que para localizar, instalar ou operar as atividades/empreendimentos da indústria petrolífera na referida área, o empreendedor deve realizar previamente o devido licenciamento ambiental no órgão competente, o IDEMA, apresentando os estudos ambientais exigidos. Quando necessário, conforme disposto em lei, o empreendedor deverá solicitar também a Autorização para Supressão Vegetal para Uso Alternativo do Solo (Sveg).

Considerando que todo processo operacional apresenta riscos de ocorrência de incidentes e

acidentes ambientais, os quais podem ocorrer por motivos variados, e que a atividade de exploração de hidrocarbonetos é caracterizada como poluidora e degradadora do meio ambiente, são necessárias medidas mitigadoras e programas de ação preventiva e corretiva para minimizar os impactos negativos ocasionados ao longo do processo produtivo de combustíveis fósseis e interferência humana junto ao meio ambiente. Como exemplos de medidas mitigadoras, podem-se citar a elaboração e execução por parte das empresas, do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), Plano de Ação de Emergência (PAE) e utilização de pisos impermeabilizados e bacias de contenção para mitigação de vazamentos nas áreas de tancagem e/ou locações de poços.

As condicionantes a serem aplicadas em geral dependem do tipo de empreendimento, da fase do licenciamento ambiental em que este se encontra e das particularidades identificadas durante a análise técnica. Como exemplos de condicionantes gerais que podem ser aplicadas pelo IDEMA, temos:

*“A licença ambiental não dispensa ou substitui quaisquer alvarás ou certidões, de qualquer natureza, porventura exigidos pelas Legislações Federal, Estadual ou Municipal”;*

*“O empreendedor é responsável pela preservação ambiental, devendo tomar medidas preventivas e de mitigação contra a ocorrência de acidentes/incidentes que possam causar danos, bem como controlar os impactos negativos em razão de sua atividade. Em caso de ocorrência de danos ambientais deverão ser tomadas, imediatamente medidas corretivas, e ainda, comunicar ao IDEMA”; e,*

*“O empreendedor deve realizar o monitoramento sistemático, mantendo permanentemente limpo e em boas condições de funcionamento todos os equipamentos, acessórios, instrumentos de apoio à segurança e a operação, para garantir os padrões de qualidade ambiental”.*

Também podem ser incluídas condicionantes específicas exigindo das empresas a realização de compensação ambiental, ações de automonitoramento, apresentação de relatórios e estudos ambientais, assim como implementação de projetos ou planos com finalidades socioambientais.

#### 4. CONCLUSÃO

Neste parecer foram consideradas as particularidades socioambientais às quais a área dos 42 blocos a serem ofertados encontram-se inseridas.

Destaca-se que nas referidas áreas existem APPs associadas principalmente as faixas marginais dos corpos hídricos, como também APPs de manguezais e dunas, que possuem restrições quanto ao uso e ocupação. Contudo, uma vez que a atividade petrolífera é considerada de utilidade pública, por tratar-se de matriz energética, e de elevado interesse ao desenvolvimento econômico do estado, pode ser justificada a intervenção nestas áreas.

Com relação aos blocos **SPOT-T3-363, SPOT-T3-364, SPOT-T3-442 e SPOT-T3-443**, este setor observou sobreposição com a zona de amortecimento da unidade de conservação RDSPT. Contudo, considera dispensável o recorte espacial das áreas de sobreposição com a zona de amortecimento da RDSPT, consideradas áreas aptas a realização de atividades econômicas diversas. Devemos ressaltar que conforme o plano de manejo desta UC, as atividades petrolíferas, consideradas de significativo impacto ambiental, que tenham a intenção de se instalar na zona de amortecimento da RDSPT, no processo de licenciamento ambiental, deverão solicitar autorização do órgão gestor desta unidade e a RDSPT deverá ser uma das beneficiárias das compensações ambientais geradas. Não foi observado sobreposição de nenhum bloco com área interna a RDSPT.

Com relação aos blocos **SPOT-T3-328 e SPOT-T3-329**, este setor observou sobreposição com área interna a Unidade de Conservação (UC) Área de Proteção Ambiental (APA) Dunas do Rosado. Neste caso, este núcleo considera indispensável o recorte espacial das áreas de sobreposição destes blocos com esta Unidade de Conservação (UC). **Para os blocos SPOT-T3-328 e SPOT-T3-329, deverão ser realizados recortes de forma a excluir as áreas de sobreposição destes, com a Área de Proteção Ambiental (APA) Dunas do Rosado.** Estas áreas sobrepostas não deverão ser consideradas aptas para as atividades de exploração e produção de petróleo, principalmente porque não são compatíveis com os objetivos de criação da APA. Também, devido as particularidades ambientais e por ser área com intensa dinâmica ambiental, com a presença de grande quantidade de dunas móveis, causando grandes movimentações de areia na região. Conforme o artigo 25 da lei 9.985/2000, neste tipo de unidade de conservação não está prevista zona de amortecimento.



Baseado no exposto, este núcleo posiciona-se favoravelmente à inclusão de todos os blocos citados na Oferta Permanente pela ANP, **exceto para os blocos SPOT-T3-328 e SPOT-T3-329** que apresentaram sobreposição com a Área de Proteção Ambiental (APA) Dunas do Rosado.

Com relação aos blocos, onde se verificou sobreposição com áreas de influência de cavernas, não vemos óbice a oferta destes blocos, desde que seja apresentado no licenciamento, acompanhado dos demais estudos ambientais, o estudo espeleológico da área, conforme o termo de referência IDE-MA. Este estudo tem objetivo principal realizar o diagnóstico da área, com relação a presença de patrimônio espeleológico, avaliar os impactos ao patrimônio espeleológico afetado e classificar estas cavidades, com relação ao grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas na área de influência do empreendimento, de acordo com a metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 2, de 30 de agosto de 2017

Este núcleo considera oportuno, que os interessados nos blocos a serem ofertados observem as contribuições para o processo de licenciamento ambiental propostos no Parecer Técnico GTPEG nº 01/09, do grupo de Trabalho – Portaria MMA nº119/08, composto por: MMA - Ministério do Meio Ambiente, IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, e demais regras vigentes para o licenciamento na plataforma potiguar.

Ressaltamos que o prazo final para resposta à ANP, após dilação, encerra-se em 10 de fevereiro de 2022.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS). **Shapefile de dados, Campos de produção**. Disponível em <<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/dados-tecnicos/shapefile-de-dados>> Acesso em 25 de maio de 2021.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Acervo Fundiário**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília-DF. 2021. Disponível em: <<https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>>.

IDEMA (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente). **Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual de Ponta do Tubarão (RDESPT)**, Rio Grande do Norte. Vol I e II, 2018.

Natal (RN), 04 de fevereiro de 2022.

*Thiago Farias Nóbrega*

**Biólogo / Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente**  
**BOLSISTA FUNCITERN/ IDEMA**  
**CRBIO nº 114.514/05-D**

*Heuzer Gustavo de Bastos*

**Geólogo / Esp. Gestão e Perícia Ambiental**  
**BOLSISTA/FUNCITERN/ IDEMA**  
**CTF/AIDA: 1035340**

*Daniel Soares da Silva*

**Eng.º de Petróleo/ Eng.º Ambiental/ Eng.º de Segurança do Trabalho**  
**Me. em Ciência e Engenharia de Petróleo**  
**Doutorando em Ciência e Engenharia de Petróleo**  
**SUPERVISOR NUPETR/FUNCITERN/ IDEMA**

*Regina Coeli Duarte de Oliveira Silva*

**Bióloga/Esp. em Engenharia de Produção e Gestão Ambiental Costeira**  
**TÉCNICA NUPETR/SLCA/CMA/IDEMA**  
**MATRÍCULA Nº175000-3**